

**PET no AgInt no RE nos EDcl no AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL nº
1207574 - PE (2010/0142075-6)**

REQUERENTE : USINA BOM JESUS S/A
ADVOGADOS : PAULO CAVALCANTI DE RANGEL MOREIRA E OUTRO(S)
- PE004511
: SÉRGIO PALOMARES E OUTRO(S) - DF012526
REQUERIDO : TDC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S.A E OUTRO
ADVOGADOS : FREDIE SOUZA DIDIER JUNIOR E OUTRO(S) - BA015484
: ANNE KARINE GUIMARÃES DE SOUTO MAIOR MELO -
PE017503
: RAFAEL SANTOS ALEXANDRIA DE OLIVEIRA - BA018676
: ISAAC CÉSAR COELHO ARGOLO - BA057568

DESPACHO

Vieram-me os autos para exame da petição de fls. 488/490, pela qual a parte agravante apresenta a sua contrariedade ao julgamento virtual do agravo interno por ela interposto às fls. 453/472, a se realizar entre os dias 20/2/2019 e 27/2/2019, e, ao final, postula seja o feito apreciado em sede de julgamento presencial.

Decido.

Segundo previsão das normas regimentais específicas, a saber, artigos 184-A, 184-B, 184-C e 184-D, o recurso de agravo interno, por suas características intrínsecas, se sujeita ao julgamento virtual como meio de conferir maior celeridade à prestação jurisdicional.

Nada obstante a função de efetividade do julgamento virtual, o artigo 184-D, inciso II, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça faculta à parte o direito de se manifestar de modo contrário, desde que demonstre, de forma fundamentada, a necessidade do julgamento presencial.

No caso em exame, não se vislumbra, com o rito estabelecido no artigo 184-C do mencionado Estatuto Regimental, qualquer ofensa ao devido processo legal ou mesmo ao direito da justa prestação jurisdicional, notadamente porque não há a previsão de sustentação oral no caso de julgamento de agravo interno e a sua apreciação em sessão virtual não restringe dos julgadores a controvérsia posta e as teses firmadas pela parte agravante, ainda que ela alegue a necessidade de entrega de memoriais e do desejo de comparecer à sessão no caso de julgamento presencial.

No mais, informe-se ao recorrente que o julgado da Vice-Presidência citado em seu petítório, que tratava de julgamento de ARE em face de decisão que negou seguimento a RE, não possui qualquer semelhança com o caso presente, que cuida de agravo interno, este abarcado pela previsão do Regimento Interno do STJ, consoante já mencionado.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de fls. 488/490.
Publique-se.

Intime-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente

